

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Teleférico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

19 DEZ 1990

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luíz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

A coragem de reconhecer o erro

A decisão do governo brasileiro de suspender a moratória que se arrasta desde julho do ano passado nada mais é do que uma seqüência da decisão do presidente Fernando Collor de Mello de dar novo rumo à negociação da dívida externa. Essa decisão, como já comentamos aqui, foi tomada há cerca de um mês, depois que o presidente conversou, no Japão, com banqueiros, empresários e representantes de governos. Nessas conversas, Collor percebeu que não correspondiam à realidade as informações transmitidas por sua equipe econômica a respeito das possibilidades de os credores aceitarem a proposta brasileira, que se baseava no conceito de "capacidade de pagamento" e condicionava a discussão dos juros atrasados a um acerto global da dívida vencida e a vencer.

Tanto pelo "novo conceito" como pelo fato de não contemplar o pagamento dos juros atrasados, a proposta não podia prosperar. E é difícil acreditar que a ministra Zélia Cardoso de Mello e sua equipe tivessem alguma dúvida a respeito disso. É mais provável que eles estivessem buscando um confronto com os credores externos, aos quais poderiam, depois, atribuir a culpa pelos eventuais insucessos do programa de ajuste econômico.

As suspeitas crescem quando lembramos o comportamento da ministra da Economia em outubro, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, da qual solicitou garantias que julgava necessárias para evitar um eventual recuo do presidente da República no apoio à proposta apresentada aos credores externos. Uma dessas garantias era o condicionamento de qualquer pagamento dos juros atrasados a uma prévia autorização dos senadores.

De volta do Japão, no entanto, o presidente determinou aos representantes brasileiros que colocassem na mesa de negociações com os credores a proposta de pagamento de 15% dos juros vencidos. E, para ter maior margem de manobra, o Executivo negociou mudanças na resolução que estabelece as condições de negociação da dívida externa, de modo que o pagamento dos atrasados não depende mais de consulta prévia do Senado (retirou-se do texto original a expressão grifada).

O próprio conceito de "capacidade de pagamento" vem sendo modificado. É claro que qualquer devedor — indivíduo, empresa ou nação — não pode aceitar

que o credor lhe exija que pague além de sua "capacidade de pagamento". O que importa é saber como se define essa capacidade. Até agora, a ministra Zélia e sua equipe vinham defendendo uma definição realmente "inovadora", na qual a capacidade não mais estaria vinculada, como sempre esteve, aos saldos da balança comercial, mas aos saldos fiscais do governo. Em outras palavras, os pagamentos aos credores não mais dependeriam dos dólares que o Brasil conseguisse obter com suas exportações, mas daquilo que sobrasse dos recursos do governo depois de terem sido atendidas as prioridades internas.

Para fortalecer as defesas de sua tese "inovadora", a ministra da Economia passou a atacar as exportações brasileiras, acusando-as de terem produzido "perdas fiscais" — por causa dos estímulos concedidos pelo governo — de mais de US\$ 80 bilhões em menos de duas décadas. As enormes dificuldades que o governo vem encontrando para reduzir o déficit do setor público — já nem falamos em obtenção de um superávit que crie alguma "capacidade de pagamento" — e a enorme queda dos saldos da balança comercial parecem ter convencido a ministra de que as exportações não são apenas importantes, mas essenciais. Tanto é assim que o governo voltou a estimular as exportações, que no mês passado deram vigorosa demonstração de sua capacidade de reação.

A recuperação dos saldos comerciais, além disso, dá ao governo a possibilidade de recompor suas reservas cambiais, fortemente afetadas pela necessidade de socorrer agências de bancos brasileiros no Exterior, que enfrentam problemas de liquidez. Esse problema, aliás, resulta da redução das linhas de curto prazo pelos bancos estrangeiros, que tomaram a medida em represália à proposta de negociação da dívida.

A suspensão da moratória, com a retomada dos pagamentos em janeiro, põe fim a um período de 18 meses em que, por estar fora do sistema financeiro internacional, o Brasil teve perdas avaliadas em US\$ 10 bilhões. Deixou de receber recursos do FMI, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Fundo Nakasone, viu reduzir-se as linhas de curto prazo e ainda assistiu à fuga de capitais.

Essas mudanças são saudáveis, pois é muito raro um governo reconhecer seus próprios erros e mais raro ainda corrigi-los.